



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

FRANCISCA NETA DE MENESES SOUSA

**A AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM FOCO NA INCLUSÃO DE
ESTUDANTE SURDO: ALGUNS PONTOS A CONSIDERAR**

Tocantinópolis/TO
2021

FRANCISCA NETA DE MENESES SOUSA

**A AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM FOCO NA INCLUSÃO DE
ESTUDANTE SURDO: ALGUNS PONTOS A CONSIDERAR**

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis – TO, para obtenção do título de Pós Graduação, sob orientação do Orientador: Prof. Dr. Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725  Sousa, Francisca Neta de Meneses.

A ação docente na educação especial com foco na inclusão de estudante surdo: alguns pontos a considerar. / Francisca Neta de Meneses Sousa. – Tocantinópolis, TO, 2021.

19 f.

Artigo de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Trabalho Escolar, 2021.

Orientador: Dr. Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo.

1. Educação especial. 2. Formação docente. 3. Estudante surdo. 4. Libras.
I. Título

CDD 372

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FRANCISCA NETA DE MENESES SOUSA

**A AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM FOCO NA
INCLUSÃO DE ESTUDANTE SURDO: ALGUNS PONTOS A
CONSIDERAR**

Artigo avaliado e apresentado à UFT —
Universidade Federal do Tocantins — Campus
Universitário de Tocantinópolis, Curso de Gestão e
Organização do Trabalho Escolar para obtenção do
título de Especialista e aprovado em sua forma final
pelo Orientador e a Banca Examinadora.

Data de aprovação: 13/03/2021

Banca Examinadora



Prof. Dr. Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo, UFT (Orientador)



Prof. Ms. Fernando Estácio Guedes, UFT (Examinador)



Prof. Ms. Fabiane Silva Barroso, UFT (Examinador)

Tocantinópolis/TO

2021

Dedico este trabalho aos meus filhos Murillo, Luan e Bruna, ao meu esposo Everaldo, aos meus pais Manoel e Maria, incentivadores e colaboradores em todas as etapas da minha vida.

A AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM FOCO NA INCLUSÃO DE ESTUDANTE SURDO: ALGUNS PONTOS A CONSIDERAR

Francisca Neta

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

franciscaneta41@hotmail.com

Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo

Universidade Federal do Tocantins

nataniel@uft.edu.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma discussão sobre os desafios que estão relacionados ao processo educacional de estudantes surdos e suas necessidades específicas, enfatizando a necessidade da presença de tradutor e intérprete do par-linguístico Libras e português dentro dos espaços escolares para apoiar tanto o estudante surdo como o docente, visando o melhor aprendizado através das adequadas metodologias utilizadas pelos professores e como se adequam para que haja de fato a inclusão do aluno surdo na sala de aula do ensino regular. Pois ainda vivenciamos uma realidade em que a maioria dos docentes não tem uma formação e qualificação adequada para trabalhar com esses alunos, destacando também a falta de estrutura das escolas para o atendimento, deixando assim o professor em uma situação difícil, que infelizmente assola toda a nossa educação. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o uso de livros, textos, teses e outros para sanar as indagações e questionamentos que permeiam essa dimensão, sendo que pontuamos que a educação especial nos últimos anos veio ganhando mais espaço e isso contribui para ações mais efetivas que venham contemplar as particularidades e necessidades desses educandos. O trabalho está dividido em três partes e começa com um breve histórico da educação especial. A segunda parte aborda alguns fundamentos legais da atuação docente na educação especial e por fim, são feitas considerações sobre aspectos da atuação docente na educação especial. E nas sequências, são feitas as considerações finais.

Palavras-chave: Educação especial, Formação docente, Estudante surdo, Libras.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the challenges that are related to the educational process of deaf students and their specific needs, emphasizing the need for the presence of a translator and interpreter of the linguistic pair Libras and Portuguese within the school spaces to support both the deaf student and the teacher, aiming at the best learning through the appropriate methodologies used by the teachers and how they are adapted so that there is indeed the inclusion of the deaf student in the classroom of regular education. Because we still experience a reality in which the majority of teachers do not have adequate training and qualifications to work with these students, also highlighting the lack of structure in schools to provide care, thus leaving the teacher in a difficult situation, which unfortunately plagues our education. For that, a bibliographic research was carried out with the use of books, texts, theses and others to solve the questions and questions that permeate this dimension, and we point out that special education in recent years has gained more space and this contributes to more effective actions that come to contemplate the particularities and needs of these students. The work is divided into three parts and begins with a brief history of special education. The second part addresses some legal foundations of teaching performance in special education and finally, considerations are made about aspects of teaching performance in special education. And in the sequences, the final considerations are made.

Keywords: Special education, Teacher training, Deaf student, Libras.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGCom
UFT

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	11
3	ALGUNS FUNDAMENTOS LEGAIS DA ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL ..	13
4	ASPECTOS DA ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20

1. Introdução

A educação no Brasil vem passando por muitas mudanças e mediante esse fato tem sido alvo de muitas discussões no que se refere as metodologias utilizadas pelos professores para que haja de fato a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais que nos últimos anos vem ocupando um espaço que requer desse profissional mais atenção e adequação em estratégias juntamente com o tradutor e intérprete de Libras -Língua Portuguesa (TILSP) para que ocorra a efetivação da inclusão.

Nesse sentido a pesquisa tem como objetivo refletir sobre aspectos da atuação docente no processo educacional de estudantes surdos, buscando suporte na literatura e nas orientações legais que apontam para as especificidades desse público, a saber, a presença em sala de aula de um professor especialista, bem como de tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras e da língua portuguesa (TILSP) depender do caso, para apoiar tanto o estudante com necessidades educativas especiais quanto o docente regente da sala de aula nas adequações curriculares necessárias, mediações e transposições didático-pedagógicas para que a escola seja realmente inclusiva e atenda às necessidades educativas especiais através da parceria entre os dois profissionais com o intuito de fazer com que esse aluno possa adquirir a aprendizagem que necessita.

Desta maneira o interesse em pesquisar sobre o tema se deu pelo fato de que trabalho em uma escola municipal, sendo que a escola se chama Escola Municipal Alto da Boa Vista II, localizada na cidade de Tocantinópolis- TO e observando pude perceber as dificuldades que os professores enfrentam para elaborar um material que venha de encontro com as necessidades do aluno surdo.

Como aporte teórico deste trabalho, pretende-se dialogar com autores: Aranha, Ferreira, Freitas, Libâneo, Mantoan, Oliveira, Rodrigues, Saviani, Zabala e os documentos a seguir: Constituição da República Federativa do Brasil, Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos que tratam da questão da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, o que, do ponto de vista metodológico remete à utilização de pesquisa bibliográfica com leituras de textos que versavam sobre a temática e dessa maneira foi construído um texto que trouxe informações relevantes sobre essa inquietação que permeia o meio educacional.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a bibliográfica descritiva, pois se fundamenta na leitura de texto, autores, teses e/ou periódicos, para que assim pudessemos contribuir significativamente para o entendimento relacionados aos desafios enfrentados pelos docentes no processo educacional de alunos surdos aqui abordada. Entende-se que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Ela pode ser realizada independentemente ou pode constituir parte de uma pesquisa descritiva ou experimental.

Assim o referido trabalho traz orientações, a exemplo de estudantes surdos, a respeito da necessidade da existência de especialista em libras (TILSP) e sua coexistência com o docente regente da sala de aula regular a fim de que o processo didático-pedagógico se complete.

O artigo está dividido em três tópicos, quais sejam: breve histórico da educação especial, alguns fundamentos legais da atuação docente na educação especial e aspectos da atuação docente adequada na educação especial.

2. Breve histórico da educação especial

No Brasil a Educação Especial teve alguns marcos históricos que foram fundamentais para que pudesse contemplar as necessidades das crianças, contudo foi um período bem extenso, mas enfatiza-se que foi determinante para a questão da inclusão, sendo que se pode citar o Instituto Benjamin Constant (IBC) que foi criado em 1854 e o Instituto dos Surdos-Mudos que hoje é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) este foi inaugurado no ano de (1857, RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2017).

Outros marcos muito importantes para a Educação Especial no Brasil foi a criação da Sociedade Pestalozzi em 1945 e em 1954 que tinham como público-alvo alunos com necessidades educativas especiais e da Associação de Pais e Amigos do Excepcionais (APAE), que de acordo com (RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2017, p. 5). “A expansão dessas instituições privadas e filantrópicas desobrigava o poder público do atendimento educacional a essa parcela da população estudantil”. Como pode perceber com o surgimento dessas novas instituições tirou-se a obrigatoriedade somente do poder público e passou-se também para as entidades privadas.

De acordo com Aranha (2000), sai-se de um período de exclusão e passou-se a um aumento da preocupação com as os alunos com necessidades educativas especiais associado à ocorrência de alguns avanços anteriores na área da medicina e da educação, é possível afirmar

que, a partir do século XVIII, fica mais delineado, do ponto de vista histórico, uma subdivisão em três paradigmas, quais sejam:

a- Paradigma da institucionalização que se caracteriza pela criação e manutenção de instituições totais, locais fechados, onde a sociedade obriga que esses cidadãos sejam mantidos durante toda a vida segregados a parte dela.

b- Paradigma de serviços, que considera que a pessoa diferente tem o direito à convivência social, mas se submetendo a um processo de mudanças que o levaria a parecer e funcionar o mais semelhante possível com os demais membros da sociedade.

c- Paradigma de suportes (ou de apoio) que se fundamenta nos benefícios conhecidos provenientes do convívio na pluralidade com ganhos em desenvolvimento pessoa e social. Sócio politicamente esse paradigma de apoio no princípio democrático da igualdade. (ARANHA, 2000, p. 03).

Podemos notar que esses paradigmas vieram como marcos para o aumento da garantia do direito a educação das pessoas com necessidades educativas especiais, bem como a convivência social e também benefícios advindos do convívio, pois até então elas eram mantidas isoladas e escondidas da sociedade, pois eram consideradas anormais e com a criação destes três paradigmas foi possível inseri-las com o princípio de igualdade.

De acordo com Aranha (2005, p.16), o período da história da educação especial no Brasil conhecido como período de institucionalização:

Caracterizou-se, desde o início, pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias.

Contudo por mais que se tenham sido implantados melhorias no que se refere a igualdade dos direitos dos alunos com necessidades educativas especiais ainda não foi de imediato que isso ocorreu, pois foram colocadas em instituições e escolas especiais bem distantes das próprias famílias e da sociedade.

De acordo com Aranha (2005, p. 15), a partir da década de 1960, essa prática segregativa da institucionalização foi questionada com mais intensidade em razão de que era “Um lugar de residência e de trabalho, onde um grande número de pessoas, excluídas da sociedade mais ampla, por um longo período de tempo, levam juntas uma vida enclausurada e formalmente administrada”. Assim notamos que a institucionalização na verdade serviu apenas para deixarem essas pessoas mais excluídas, tendo em vista que, viviam presas distantes de tudo.

Após esse paradigma da institucionalização, há uma evolução no modo como os alunos com necessidades educativas especiais seriam tratados, sendo que foi passando pelo paradigma dos serviços e do suporte, que culminou com o período e/ou paradigma ao qual chamamos de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, cuja característica principal se constitui no fato de as instituições educativas se adaptarem em todos os aspectos para receberem esses estudantes com necessidades educacionais especiais como as modificações arquitetônicas, adequações curriculares, a formação docente, a contratação de especialistas, intérpretes e equipe multidisciplinar, dentre outras que se fizerem necessárias.

Certamente que a inclusão se constitui em grande avanço, mas para que a mesma se concretize é necessário passar pela superação de vários desafios, dentre os quais podemos citar I) a questão da formação docente ; II) estratégias e metodologias utilizadas, além da existência de especialistas e intérpretes dentro dos espaços escolares (a depender da necessidades especiais do grupo). ; III) e a necessidade da presença de (TILSP).

Assim, convém refletir que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, em razão da ação do docente vem se constituindo em uma problemática que está causando discussões no cenário acadêmico que se refere quais as metodologias que os educadores utilizam para trabalhar com os alunos surdos. Tendo em vista que em grande maioria das escolas tem-se o apoio do profissional intérprete que acompanham esses alunos e mediante isso é necessário que se tenha uma parceria entre os educadores para que possam elaborar e adequar as atividades para que se tenha a real inclusão.

3. Alguns fundamentos legais da atuação docente na educação especial

A Educação Especial nos últimos tempos passou a ter mais visibilidade devido a implantação de novas políticas públicas que contribuíram de forma efetiva para a melhoria do ensino e inserção dos alunos que detém de alguma necessidade educativa especial, porém ressaltamos que ainda há muito a ser feito no que diz respeito a inclusão de alunos surdos.

Passados alguns anos a Educação Especial no Brasil foi ganhando mais espaço e isso pode ser notado a partir da Constituição Federal em seu artigo 5º em que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Assim notamos que está assegurado o direito a

educação de todos os brasileiros e mediante isso os alunos com necessidades especiais educativas puderam ter acessibilidade ao ensino de forma regular, pois até então eram privados deste direito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define, no artigo 59, inciso III, (BRASIL, 1996) que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

Nesse contexto de formação vemos que a LDB 9394/96 estabelece que os alunos com necessidades educativas especiais devem ter professores com qualificação e especialização adequada para que assim possam prestar um atendimento de acordo com o que necessita o educando, pois só assim será possível a inclusão deles nas salas comuns. No entanto, a realidade das escolas brasileiras costuma ser diferente, pois os professores ainda carecem de uma formação mais adequada.

Desta maneira, o educador deve se qualificar e abordando especificamente sobre alunos surdos entendemos que o professor regente não necessariamente precisa ser falante Libras, mas é necessário que se tenha um outro profissional docente, tradutor de Libras que seja capacitado para dar suporte tanto para o aluno surdo como também ao professor regente.

Constatamos que a problemática dos alunos com necessidades educativas especiais é evidenciada nas Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (Secretaria de Estado da Educação-SEED, 2006).

A compreensão da Educação Especial como modalidade que dialoga e compartilha os mesmos princípios e práticas da educação geral é recente e exige das famílias, alunos, profissionais da educação e gestores das políticas públicas um novo olhar sobre o aluno com necessidades educacionais especiais.

Assim a Educação Especial como modalidade ainda é muito recente e exige das famílias, alunos e professores um novo olhar para que possam compreender a sua importância e como lutou para ser elevada a essa categoria, porém destacamos que para ter mais visibilidade é fundamental que se cumpra o que rege as leis, pois ainda há muito a ser conquistado no que se refere a inclusão.

Em relação à designação docente, segundo o Parecer CNE/CEB nº 17/2001 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação,

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possam comprovar: a) formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; e b) complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL, 2001a).

De acordo com a lei, há a necessidade de professores especializados nas diversas áreas da educação especial para atuarem na Educação Especial para que possam desenvolver e identificar as necessidades educacionais especiais, definindo assim o que deverá ser trabalhado com esse aluno.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 31-32), no que se refere a capacitação dos professores afirma que:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdo ou disciplinas sobre Educação Especial e desenvolvidas competências para: I- Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; II- Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento; III- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; IV- Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em Educação Especial.

Desse modo o professor para atuar na sala regular deve atender essas exigências pautadas pelas Diretrizes Nacionais, sendo que deve comprovar a sua formação, bem como especificamente nas disciplinas que abrangem a Educação Especial, pois dessa forma poderá perceber as necessidades educacionais, flexibilizar a ação pedagógica, fazer avaliação do processo educativo e participar de grupos de professores de Educação Especial. Destacando que também esperamos que surjam outras pesquisas que venham abordar sobre essa problemática e que as mesmas possam descrever o perfil do professor de surdos.

Com relação ao professor especializado as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 32) enfatiza que:

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular, e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possa comprovar. A- Formação em

cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado a licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental e; B- Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior a licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Nesse sentido destaca-se que o professor especializado deve ter formações na área da Educação Especial para que possa trabalhar na sala de aula regular apoiando o professor regente e isso deve ser no desenvolvimento da aprendizagem, na elaboração de estratégias de flexibilização, adaptação do currículo, adequação e práticas pedagógicas, como foi bem frisado no decorrer do texto.

Assim as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p.32) considera que:

Cabe a todos principalmente nos setores de pesquisa, as Universidades, o desenvolvimento de estudos na busca dos melhores recursos para auxiliar/ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira cada vez mais autônoma no meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo assim de maneira plena a sua cidadania.

Enfim, como pode ser notado a Educação Especial passou por muitas lutas para chegar ao nível ao qual se encontra hoje, ou seja, com leis que possibilitam a inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais no meio social, porém ressaltamos que ainda há um longo caminho para ser percorridos e isso por ser auxiliado através das pesquisas desenvolvidas pelas universidades para que possa-se ampliar os estudos a respeito dessa temática tão instigadora e que todos que sofrem de alguma necessidade possa ser realmente atendido mediante as suas particularidades.

4. Aspectos da atuação docente na educação especial.

Para Freitas (2005, p.73) “A função social da escola se cumpre na medida da garantia do acesso aos bens culturais, fundamentais para o exercício da cidadania plena no mundo contemporâneo”. Destacando a função da escola percebemos que a mesma tem como premissa a garantia dos bens culturais, sendo que estes são essenciais para o exercício da cidadania e direcionando para a nossa discussão os alunos surdos devem ser atendidos mediante as suas possibilidades e o professor regente em parceria com o profissional (TILSP) devem elaborar o material necessário para a inclusão do aluno surdo.

Com referência ao papel do professor Zabala (1998, p.28) assinala que:

É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é, possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação.

Para repensar a atuação docente, o autor destaca que o educador utilizando de suas metodologias vai contribuir para a formação do seu aluno, mesmos que sejam coisas simples possibilitará novas experiências e vivências que farão parte da vida escolar do educando e perpassando para a questão da inclusão dos alunos surdos notamos que a garantia de um (TILSP) na sala de aula já foi conquistado, ou seja, onde houver um aluno surdo tem-se a presença de um professor de Libras.

A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema que inclui a todos verdadeiramente.

Mantoan (2004, p. 39) salienta que:

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram a capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

Mediante isso vemos que os professores da sala regular se sentem incapazes de atender os alunos com necessidades educativas especiais, pois não têm formação adequada, como especializações em Libras e assim reiteramos a relevância de contar com a presença dos tradutores (TILSP) na escola. Pois o sistema educacional local deve oferecer cursos de capacitação e especialização para os educadores que enfrentam uma sala lotada de alunos diferentes ao qual este deve atender de acordo com as especificidades de cada um.

Ressaltando o trabalho do professor Ferreira (1998, pág. 104) aborda que

É num tempo como esse que nós, educadores e educadoras, nos vemos moralmente obrigados, mais do que nunca, a fazer perguntas cruciais e vitais sobre o nosso trabalho e nossas responsabilidades, a fim de respondê-las com propostas e ações coerentes e eficazes. É num tempo como esse que nós, administradores da educação, nos vemos moralmente desafiados a responder de forma competente aos reclamos da sociedade contemporânea com decisões firmes e ousadas, comprometidas com a formação humana do cidadão brasileiro e da cidadã brasileira. Do/a profissional da educação.”

Estamos em um momento em que a Educação Especial tomou uma dimensão maior, pois como foi dito anteriormente, foi preciso muitas lutas sociais e criação de leis para que pudesse chegar na posição em que se encontra hoje, pois se implantaram políticas públicas que contribuíram para a sua efetivação. Contudo existem ainda muitos desafios principalmente no que se refere a comunicação entre o aluno surdo e o professor regente, pois isso impossibilita o ensino e a aprendizagem, assim destacamos a importância da presença do (TILSP)

Destaca-se a importância de uma boa formação ao professor regente da classe regular além da existência de professores especialistas e intérpretes, os quais atuarão conjuntamente para que sejam estabelecidas estratégias didático-pedagógicas adequadas a todos os estudantes. Isso é necessário em nome da aprendizagem adequada e para atendimento da diversidade, cujo foco está no respeito à identidade de cada um e as diferenças. Não obstante, a surdez constitui-se como parte integrante dessa diversidade, logo, interessa à educação conhecer os limites e possibilidades do aluno surdo, de modo a oferecer-lhe os aparatos necessários para uma aprendizagem significativa. Como é sabido de todos, uma das condições favoráveis ao aluno surdo é a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Pensar no desenvolvimento de aulas inclusivas, é um desafio frequente, visto que se acredita que os profissionais da educação têm uma autoformação a desenvolver pois a graduação não é suficiente para atender as especificidades dos públicos diversos que o docente possivelmente se deparará na sala de aula, embora a inserção de disciplinas como a de Libras e Educação Especial nos currículos de formação inicial seja fundamental para que todos tenham acesso a essas discussões. Sabe-se que o professor não está totalmente habilitado para trabalhar com esse aluno e devido a isso faz-se pertinente e necessária a presença do tradutor intérprete na sala de aula para auxiliar o educador regente.

Dessa maneira compreendemos que não é de hoje que o Brasil enfrenta problemas relacionados a formação dos professores, pois não temos ainda profissionais que detêm de uma qualificação sólida e atrelados a isso os mesmos não tem recursos e nem condições de trabalho e tampouco remuneração adequada com a carga horária que executam e isso infelizmente são heranças de nossa história que se perpetuam até nos dias atuais e que não temos previsão de mudanças. Diante disso reiteramos a questão dos alunos surdos que precisam de um profissional qualificado que venha desenvolver um trabalho juntamente com o professor regente as metodologias que possibilitarão uma aprendizagem significativa para esses educandos.

5. Considerações finais

A temática aqui levantada que diz respeito a atuação docente na educação especial, com destaque para a educação de estudantes surdos visando o chegar ao adequado aprendizado do educando, entendendo-se que, para os alunos surdos é indispensável o suporte o profissional especializado na pessoa do intérprete, o que tem gerado muitas discussões e isso pôde ser evidenciado no decorrer do trabalho, pois essa modalidade de ensino, ou seja, a educação

especial detém de muitas especificidades e requer muito estudo para que possa atender aos alunos de acordo com as suas necessidades educacionais especiais.

Portanto, discutir sobre essa questão é de fundamental relevância para a educação brasileira, haja vista que, a cada dia a presença de alunos com surdez nas escolas está mais frequente e mediante isso tem-se a necessidade de termos um professor intérprete que auxilie o trabalho do professor regente para que assim possa oferecer um ensino de qualidade para esses alunos que merecem ser ensinados de acordo com suas limitações.

As adequações e metodologias que podem ser implantadas na sala de aula contribuem para a inclusão dos alunos surdos, pois com a ajuda do professor intérprete ele se sente mais a vontade e poderá acompanhar os outros alunos de maneira igualitária, tendo em vista que, a educação é um direito de todos e dessa maneira deve ser oferecida de modo igual.

Além disso, vale afirmar que o aluno surdo necessita do auxílio do intérprete, pois por mais que o professor regente dominasse a Língua Brasileira de Sinais (Libras), seria impossível conseguir se articular para apresentar sua aula em libras especificamente voltada para o aluno surdo e ao mesmo tempo repetir sua explicação oralmente. Se porventura, o professor regente decidisse adotar essa metodologia, evidentemente esse processo levaria muito tempo de sua aula, a turma inteira poderia ficar dispersa e conseqüentemente afetaria a aprendizagem dos alunos não surdos, deixando-os em atraso com os conteúdos, como também, carentes da atenção do professor.

Assim ressaltamos que é fundamental importância a inserção mais efetiva do profissional intérprete nas salas de aula para que ajude no trabalho docente, tendo em vista que, a formação do professor se constitui principalmente a partir da prática, ou seja, do dia a dia escolar e tendo esse trabalho realizado em parceria irá contribuir para a melhoria do ensino ofertado em especial para as crianças com necessidades educativas especiais.

Nessa perspectiva discutir sobre esse problema nos possibilita ter uma nova visão a respeito da Educação Especial que vem por muito tempo brigando por um espaço e mediante ao que foi exposto no decorrer da pesquisa notamos que nem sempre esses alunos tem o seu direito garantido, o que impede que esse educando tenha o conhecimento apropriado, tendo em vista que, ainda estamos vivenciando um processo de adequações e formulações de novas metodologias que possam realmente inserir esses alunos surdos na sociedade.

Referências

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Da educação especial a educação inclusiva?** A proposta de inclusão escolar. Anped, 2007.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão social e municipalização.** In: MANZINNI, E.J. (Org) Educação Especial: temas atuais. São Paulo: Marília, 2000.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf. Acesso em: 15.fev.2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/**Secretaria de Educação Especial- MEC. SEESP, 2001. 79 p.

Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº. 17/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001a.

Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos, disponível em; http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf. Acesso em: 22/11/2020. Disponível em: https://fio.edu.br/manualtcc/co/7_Material_ou_Metodos.html.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FREITAS, Lourival C. de. **Mudanças e inovações na educação.** 2ºed. São Paulo: EDICON, 2005.

Lei nº 9394/1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 21/11/2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5º ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é, por que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** Direito da Educação, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

OLIVEIRA, A. A. S. **Formação de Professores em Educação Especial:** a busca de uma direção in: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. A. (Orgs.). Temas em Educação Especial: avanços recentes . São Carlos: Ed. UFSCar, 2004. p. 239-243.

RODRIGUES, Olga M. P. R. CAPELLINI, Vera L. M. F. SANTOS, Danielle A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva:** reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade. Disponível em: file:///C:/Users/Downloads/1519-Texto%20do%20Artigo-6819-1-10-20190627.pdf. Acesso: 26/01/2021.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre; Artmed, 1998.